



CAPITALISMO DEPENDENTE, TRABALHO E RESISTÊNCIAS POPULARES

Josiane Soares Santos*

<https://orcid.org/0000-0001-6846-4424>

Loiva Mara de Oliveira Machado**

<https://orcid.org/0000-0001-6589-8032>

Rodrigo Teixeira***

<https://orcid.org/0000-0002-2993-5294>

Tatiana Brettas****

<https://orcid.org/0000-0003-0300-8254>

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: josiane.soares@ufrn.br

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, Brasil). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: loivadeoliveira@gmail.com

*** Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF, Rio das Ostras, Brasil). Presidente da ABEPSS, gestão 2021-2022. Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: rodrigopersocial@gmail.com

**** Assistente Social e Economista. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professora do Departamento de Políticas Sociais e Serviço Social Aplicado e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Líder do Laboratório de estudos Capitalismo dependente e questão social no Brasil (Lecad). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: tatiana.brettas@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n45p6-16



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

O ano de 2023 teve início com o tema do trabalho ganhando ampla projeção e recebendo destaque na grande mídia corporativa. Nos três primeiros meses do ano foram muitas as notícias sobre pessoas que trabalhavam em condições análogas a escravidão. Ao todo, 918 trabalhadores foram resgatados pelos auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, o maior número nos últimos 15 anos. Em relação a esse mesmo período de 2022, o quantitativo representa um aumento de 124% (SALATI, 2023).

Dentre os casos relatados, o que ganhou maior repercussão envolveu 207 trabalhadores contratados durante a safra da uva para trabalhar em fazendas no município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul (RS). A empresa Fênix Serviços Administrativos e Apoio à Gestão de Saúde LTDA, que prestava serviços para grandes vinícolas da região – como a Aurora, Cooperativa Garibaldi e Salton – é acusada de submeter os trabalhadores a condições degradantes e permeadas por diversas agressões, como espancamentos, choques elétricos, tiros de bala de borracha e ataques com spray de pimenta (SALATI, 2023). Há denúncias também de tráfico de pessoas, tendo em vista que grande parte desses trabalhadores foram aliciados na Bahia com informações falsas sobre as condições de trabalho e, ao chegarem no RS, se viram submetidos à servidão por dívida (ROSA; FOSTER, 2023).

Os resultados da força-tarefa do Ministério Público do Trabalho (MPT) mostram que este tipo de vínculo de trabalho está longe de ser algo restrito ao período remoto da escravidão. Não se trata de resquícios do passado, menos ainda de uma situação anacrônica ou incompatível com o capitalismo. Como é possível observar nas idas e vindas do contraditório processo histórico, a generalização e o aprofundamento das relações capitalistas não superaram as condições degradantes de trabalho, apenas produziram sua atualização, incorporando novas determinações. A compreensão das formas que assume a assim chamada escravidão contemporânea impõe a necessidade de observar o movimento desigual de desenvolvimento do modo de produção capitalista, bem como as particularidades do capitalismo dependente, como aponta Marcela Soares (2022), autora de um dos artigos dessa edição e do livro *Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira*, publicado em 2022 pela editora Lutas anticapital.

No mês de maio, outro caso viralizou nas redes sociais para não deixar dúvidas de que, mesmo no emprego formal, condições humilhantes e degradantes marcam presença. O trabalhador de um quiosque do Burguer King em Sergipe fez um vídeo, enquanto urinava nas próprias calças, relatando ser impedido de ir ao banheiro durante o horário de trabalho (SILVA, 2023). Chama a atenção esta situação desumana, em especial pelo fato da rede de *fast food* ser controlada pela 3G Capital, um fundo de investimentos que tem um trio de cariocas como sócios-fundadores – Jorge Paulo Lemann, Marcel Herman Telles e Carlos Alberto Sicupira –, os quais figuram entre os 5 homens mais ricos do Brasil, segundo a revista Forbes (ERTEL, 2022). A 3G Capital, instituição financeira por muitos anos considerada um grande exemplo de sucesso a ser seguido por suas estratégias arrojadas e metas agressivas de corte de custos dedicadas às empresas que comprava, pode ser

considerada uma ilustração bastante didática da relação entre o grande capital financeiro financeirizado¹ e os processos de superexploração da força de trabalho.

Recentemente, a 3G também se destacou na grande mídia por ser a controladora da Americanas, empresa que protagoniza a 4ª maior recuperação judicial da história do país depois de denúncias de fraudes que escondiam um rombo de, ao menos, R\$20 bilhões em seus balanços (DESIDÉRIO, 2023). Ao passo que a contabilidade da empresa apresentava um resultado bem mais favorável do que o existente de fato, a Americanas pagava dividendos recordes a seus acionistas. O montante de R\$ 333,2 milhões pagos até setembro de 2022 foi “o maior valor já distribuído pela empresa nos últimos dez anos, e é maior que o pago por concorrentes diretas. O pagamento foi feito antes da revelação da dívida de R\$ 40 bilhões e do rombo contábil de R\$20 bilhões” (CUNHA, 2023). Também é esse um caso bastante ilustrativo de como o processo de financeirização vem contribuindo para alavancar as margens de rentabilidade das grandes empresas e, também, das contradições que esse caminho leva para a própria continuidade dos mecanismos de apropriação do mais valor. Percebe-se, assim, a íntima e secreta ligação orgânica entre finanças e produção, por mais que tais esferas do capital aparentem estar dissociadas.

Foi pensando em abarcar a problemática da relação entre capital e trabalho na atualidade que, no número 45 da *Temporalis*, o comitê editorial e a direção nacional da ABEPSS convocaram pesquisadoras e pesquisadores para debater o tema *Capitalismo dependente, trabalho e resistências populares*. Como nos ensina Octavio Ianni (1974, p. 143, grifo do autor): “a análise objetiva da problemática envolvida no conceito de dependência implica uma importante *reversão de expectativas*. Não se trata mais de examinar as relações externas de um país, ou as relações de tipo imperialista, apenas enquanto relações externas”. E complementa o sociólogo paulista:

a análise passa a realizar-se a partir da perspectiva do país subordinado. Em consequência, as investigações precisam estudar, necessariamente, tanto as relações clássicas de tipo imperialista como as manifestações internas (econômicas, políticas, militares, culturais) dessas mesmas relações. Portanto, trata-se de uma reversão de perspectivas que traz consigo novas possibilidades de explicação da problemática dos países da América Latina, África e Ásia (IANNI, 1974, p. 143).

Ao estimular discussões em torno dessa temática para pensar o Brasil, partiu-se da convicção de que o fortalecimento de estudos e pesquisas sobre a formação econômico-social brasileira impulsiona a compreensão das particularidades na constituição do capitalismo, da classe trabalhadora (considerando a sua diversidade²) e de seus processos

¹ “No final do século 20, com a intensificação e generalização do processo de financeirização da economia, a atuação do capital financeiro financeirizado contribuiu para agravar uma situação marcada pela contradição. Esta contradição aparece na medida em que a busca e a obtenção da rentabilidade aparentemente prescindem da mediação da produção, a qual é, em essência, a esfera privilegiada de extração do sobretrabalho e de valorização da riqueza” (BRETTAS, 2020, p. 85).

² Observa-se particularidades quanto a raça/etnia, gênero/sexualidades, deficiência, pertencimento territorial, entre outros.

de luta e de resistência no país. O complexo conjunto de relações que produz e reproduz historicamente as desigualdades demanda o esforço teórico-político de ir além da descrição dos fenômenos.

O capitalismo não se desenvolve sempre da mesma maneira e não caminha sempre para o mesmo ponto. É necessário ir para além das determinações mais universais do modo de produção e também buscar ultrapassar os limites postos por análises centradas em processos históricos muito distintos do nosso, rompendo com o pensamento colonizado, em geral, e o eurocentrismo, em particular. Florestan Fernandes (1995, p. 142) chama a atenção de que “se é preciso romper com o ‘modelo clássico’, isso é necessário para compreender-se o capitalismo da periferia e aonde ele conduz”. Ao tratar da importância de evitarmos generalizações, o autor recomenda: “a pesquisa teórica precisa ser redefinida e reorientada. Ela não pode gravitar em torno de um falso modelo, de um modelo que ‘não se repete’, nem ‘é universal’ e tampouco ‘pode ser universalizado’” (FERNANDES, 1995, p. 142).

Na realidade brasileira, há que se apreender a dinâmica contraditória e particular sobre a qual se assentam os processos de alienação/fetichismo/reificação, superexploração³, subsunção real do trabalho ao capital, expropriações e uma intrincada rede de opressões costuradas no bojo do capitalismo dependente. Esse é o núcleo fundante da questão social e seu desenvolvimento no Brasil oculta relações sociais de produção e reprodução que precisam ser desvendadas para robustecer estratégias coletivas de superação histórica de seus determinantes fundamentais. Nesse sentido, como revista científica da área de Serviço Social, esse debate se faz necessário para apreender os fundamentos da questão social no Brasil, objeto de estudo e intervenção da profissão, avançando nas análises necessárias para captar o movimento do real.

Para tanto, é indispensável pensarmos a formação da classe trabalhadora considerando, por um lado, a articulação entre a escravidão e o capitalismo e, por outro, o racismo e o patriarcado como determinações estruturais que assumem particularidades históricas na formação econômico-social brasileira (MOURA, 2014; SABINO, 2020; GONZALEZ, 2020). Do mesmo modo, podemos dizer que os vínculos de dependência possuem desdobramentos sobre a dinâmica do processo de industrialização, que será marcado pela transferência de valor, pela cisão do ciclo do capital e pela superexploração do trabalho, nos termos debatidos por Marini (2005). Esses elementos integram o processo histórico sobre o qual se darão os conflitos intra e entre as classes sociais, bem como as configurações que irão engendrar as respostas do Estado no bojo das disputas dos distintos interesses.

Desde a constituição do capitalismo dependente, é possível identificar como as burguesias internacionais operam mecanismos de integração subordinada com as burguesias locais para superexplorar a classe trabalhadora e controlar os recursos naturais da periferia. A análise, portanto, não pode se centrar nos limites da formação econômico-social objeto de estudo. É preciso inseri-la no contexto dos embates travados no âmbito do mercado mundial. Assim, a tarefa para compreender as particularidades contemporâneas é analisar

³ Nos termos de Marini (2005).

como se dá o contínuo aprofundamento e atualização dessas relações nos marcos do imperialismo.

Se o imperialismo pode ser caracterizado como uma etapa monopolista que abarca a generalização das relações capitalistas, vale destacar que se aprofundam as desigualdades não apenas dentro dos países, como também entre eles (LENIN, 2012). John Smith (2022, p. 40) destaca como um dos traços fundamentais do momento neoliberal do imperialismo “a exploração dos trabalhadores do Sul pelos capitalistas do Norte”. Esta abordagem, que atualiza debates dos anos 1970 sobre as multinacionais, recoloca a questão sobre as relações entre capital e trabalho e acentua a necessidade de pensarmos a realidade brasileira por meio de uma fundamentação que contribua para considerar o conjunto das relações capitalistas.

Grandes diferenças internacionais da taxa de exploração, o enorme deslocamento global da produção para onde essa taxa é mais alta e o enorme deslocamento para o Sul no centro de gravidade da classe trabalhadora industrial são os novos e grandes fatos a partir dos quais devemos proceder. Essas são as transformações que definem a era neoliberal e que são a chave para entender a natureza e a dinâmica da crise global (SMITH, 2022, p. 56).

O debate sobre as relações de trabalho no Brasil precisa estar inserido nesse contexto e integrado aos determinantes históricos que particularizam nossa formação econômico-social. O complexo contraditório que envolve a realidade brasileira exige explicar como é possível que um país semiperiférico e subimperialista esteja entre as 10 maiores economias do mundo em 2022, sendo profundamente industrializado e possua, em sua pauta de exportação, principalmente mercadorias ligadas ao agronegócio e à indústria extrativa. Como a história não anda para trás, não se pode perder de vista que estes setores passaram por robustos processos de inovação tecnológica ao longo do tempo, possibilitando o que Marx (2013) denominou como **subsunção real do trabalho ao capital**. Sendo assim, é possível constatar um avanço na industrialização da produção agrícola e extrativista que traz implicações profundamente atuais sobre a configuração do trabalho contemporâneo, isto sem falarmos na industrialização dos serviços.

Por fim, o debate sobre a tecnologia não poderia deixar de remeter também às consistentes alterações possibilitadas pelo aumento da automação e da inteligência artificial que compõem o que se convencionou chamar de Indústria 4.0. Em especial nas plataformas digitais e nos aplicativos, o uso de ferramentas virtuais e da internet tem sido fundamental para atualizar a gestão da produção, gerando relações de trabalho que mascaram as relações de assalariamento e impõem desafios para a construção de formas de resistência (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020).

As alterações mais recentes na organização do trabalho, quando assentadas nas elaborações sobre as características da dependência, precisam servir de base para uma distinção entre o que é estrutural e o que marca a entrada em uma nova fase do capitalismo. A compreensão sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil exige que

se destaque não apenas o passado colonial e escravista, mas as formas de atualização do racismo, as quais vão perpassar todo o processo de consolidação das relações capitalistas. Deste modo, mesmo com o avanço das lutas por direitos, grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras do país – em especial as mulheres negras – sempre estiveram submetidos/as a relações informais, precárias e à margem das conquistas trabalhistas. A informalidade e a falta de acesso a direitos não é algo que particulariza esse momento histórico. É preciso rigor teórico e apropriação das particularidades de nossos processos históricos para identificar as alterações mais contundentes na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo e suas contradições.

O acesso a direitos sociais deve ser analisado tendo em vista que o Estado dependente tende a ser menos permeável a políticas redistributivas. Em muitos momentos, acaba por responder de forma bastante truculenta e seletiva às manifestações e lutas coletivas que, ao fim e ao cabo, buscam ampliar a apropriação por parte da classe trabalhadora de maiores parcelas do valor que ela mesma gera e não recebe. O caráter de classe do Estado, aliado às condições de dependência, estabelecem os contornos do que é possível apresentar de respostas efetivamente redistributivas quando as bases da produção de valor tendem a concentrar, no centro imperialista do sistema, a maior parte da riqueza produzida.

Ao situar o debate sobre o trabalho e as resistências populares no âmbito da dependência, busca-se romper com concepções que apresentam respostas para as questões estruturais do país nos marcos do capitalismo. Ao colocar no centro do debate as desigualdades produzidas e reproduzidas no âmbito do mercado mundial, constroem-se bases sólidas para contestar as elaborações que dão margens para a possibilidade de melhorias estruturais por dentro das relações capitalistas. O desenvolvimento do modo de produção capitalista não caminha para uma generalização na construção de políticas sociais universais e relações de trabalho que preservem condições de vida digna, igualitária e libertária. Neste sentido, a ruptura com a dependência e todas as suas determinações requer, necessariamente, a contestação do modo de produção capitalista. Essa trajetória de superação ganha forma no cotidiano da luta e deve ser protagonizada pela classe trabalhadora a partir de uma nova estratégia da revolução brasileira.

Como forma de alimentar as lutas emancipatórias, essa edição da *Temporalis* tem por base a compreensão de que a fundamentação teórica é indispensável para fortalecer os processos organizativos de luta e resistência e, nesta perspectiva, divulga elaborações de autoras e autores que assumiram o desafio de refletir sobre dilemas atuais da classe trabalhadora. Apresentamos essas produções por meio da divisão entre a seção temática, que possui 15 artigos, e a seção de temas livres, com 07, além da entrevista. A seção temática contou com alguns artigos de convidados/as nacionais e um internacional, o Adrián Sotelo Valencia, que abre esta edição. Vale ressaltar também que o comitê editorial segue com a política, iniciada em 2021, de convidar um/a pesquisador/a negro/a para compor suas reflexões na revista; nesta edição, contamos com a colaboração de Marcela Soares, professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense-Niterói.

Abrimos a seção temática com o artigo “*As Mediações da Superexploração do Trabalho na Teoria Marxista da Dependência*”, de Adrián Sotelo Valencia, da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). O artigo desenvolve elementos para apreensão da Teoria Marxista da Dependência (TMD), apresentando as relações entre as categorias de mediação e superexploração da força de trabalho (SFT). Na sequência, apresentamos o texto “*Cultura Popular no Capitalismo Dependente: entre resistências e incorporações*”, escrito por Bruno Borja (UFRRJ), que entende a cultura popular como modo de vida e produção cultural das classes subalternas. O autor apresenta como a superexploração impõe um modo de vida aos trabalhadores, discute a perseguição e criminalização das culturas ameríndias e afrolatinoamericanas como sistemas de dominação e disseminação do racismo.

O artigo “*Capitalismo Dependente e Superexploração do Trabalho: o caso dos assalariados rurais brasileiros*” de autoria de Juliana Biondi Guanais (UNIFESP-BS), demonstra que a SFT no canavial paulista produz salários baixos, adoecimento e morte de trabalhadores/as, particularizando essa categoria no âmbito agrário. A seguir, dois artigos articulam à TMD com a atividade extrativista. O primeiro é de Kathiúça Bertollo (UFOP) com o título “*De Montanhas a Rejeito: o contexto da mineração extrativista em Minas Gerais*”. A autora apresenta a SFT e a destruição ambiental como fundamentos da atividade extrativista da mineração. O segundo, “*O Reino Submerso da Superexploração: petróleo e ‘questão social’ fluminense*”, de Guilherme de Rocamora (UFRJ), José Henrique Galdino (Uerj), Rodrigo Castelo (Unirio) e Lays de Souza Ventura (Unirio), analisa a questão social por meio das lutas de classes dela decorrentes, da violência estatal e da reestruturação produtiva na superexploração da força de trabalho na indústria *offshore* de petróleo e gás.

O artigo “*O Trabalho Profissional no Norte do Brasil em Tempos de Regressão de Direitos*”, de autoria de Hamida Assunção Pinheiro (UFAM), Katia de Araújo Lima Vallina (UFAM) e Bárbara Cristina Lira da Silva (UFAM), é produto de uma pesquisa sobre as condições de trabalho de assistentes sociais na região Norte do Brasil, onde residem os índices mais extremados na profissão. Em seguida, Marcela Soares (UFF-Niterói), autora de “*Escravidão, Irracionalismo e Contrainsurgência*” trouxe elementos para entender a escravidão contemporânea como expressão da superexploração da força de trabalho, que nega direitos e viola vidas.

Em “*Da Revolução Russa aos Nossos Dias: a trabalhadora na produção e na reprodução*” Claudia Mazzei Nogueira (Unifesp-BS), argumenta, entre outros elementos, que a atual divisão sociosexual e racial do trabalho e o trabalho doméstico devem ser discutidos articuladamente no enfrentamento da precarização da força de trabalho feminina.

Em seguida, a seção temática traz o artigo “*Movimento Sindical da Educação Superior Pública e as Transformações no Mundo do Trabalho*” de autoria de Marina Barbosa Pinto (UFJF), Sônia Lúcio Rodrigues (UFF-Niterói) e Ebling Farage (UFF-Niterói). As reflexões desse artigo partem da experiência intelectual e militante das autoras que recuperam o debate do novo sindicalismo, abordam elementos sobre a concepção de universidade, as transformações no mundo do trabalho e o avanço da indústria 4.0 para apreender os rumos da universidade pública. Ainda no âmbito da educação, o artigo “*Reforma do Ensino*

Médio, Precarização do Trabalho e Dependência”, de Pâmella Souza (UFRJ) e Bruno Gawryszewski (UFRJ), traz uma análise sobre a reforma do ensino médio no Brasil e como a precarização da formação da força de trabalho vincula-se à adequação da economia brasileira ao capitalismo dependente.

As alterações das leis trabalhistas são o tema do artigo “*O Negociado sobre o Legislativo e a Autonomia da Classe Trabalhadora*”, de Fernando Monteiro (UEL) e Sandra Lourenço de Andrade Fortuna (UEL). Ao focar em dois pontos da nova lei, que fixa o negociado sobre o legislado, o autor e a autora demonstram que esse aspecto restringe a autonomia do trabalhador e nega os conflitos entre as classes sociais.

O artigo “*O ‘Breque dos Apps’: resistência dos entregadores de aplicativos à precarização plataformizada*”, de Lucas Souza (UFF-Niterói), analisa o movimento de greve dos/as trabalhadores/as de aplicativos como forma de resistência a exploração da força de trabalho. O artigo seguinte tem como título “*A Superexploração, os Trabalhadores da Enfermagem e o Sistema Único de Saúde*”, de autoria de Eduardo Lazarino de Castro (IMS/UERJ) e Thauanne de Souza Gonçalves (IMS/UERJ), e apresenta a formulação de que no capitalismo depende há limites para a efetividade dos princípios do SUS e busca entender as raízes da superexploração para captar as particularidades no trabalho da enfermagem.

Ainda na seção temática, o artigo de Iris Sunsyaray Mendes Feliciano de Andrade (UFRJ) tem como título “*O Neodesenvolvimentismo no Brasil: um vestibulo para a radicalização do capital financeiro*” e caracteriza os limites e contradições do neodesenvolvimentismo. A autora considera que esse modelo atualiza a divisão internacional do trabalho no país, falseando a ideia de que beneficiasse a classe trabalhadora mais pobre. Por fim, de autoria de Milena da Silva Santos (UFAL), o artigo “*‘Questão Social’ e Estado na Crise Estrutural: precarização das políticas sociais brasileiras*” apresenta uma análise das categorias fundamentais na literatura recente sobre questão social, Estado, política social e crise estrutural do capital. Aliado a tais reflexões, a autora argumenta que a retração dos gastos públicos diminui o acesso às políticas sociais e reverte recursos para o sistema financeiro.

Para encerrar o debate sobre o tema da chamada desta edição, apresentamos a entrevista realizada com Mathias Luce, historiador e professor da Escola de Serviço Social da UFRJ, autor do livro – editado em 2018 pela Expressão Popular – *Teoria Marxista da dependência: problemas e categorias*. Uma visão histórica.

Os artigos da seção de temas livres apresentam reflexões contundentes sobre os desafios contemporâneos para o Serviço Social e a sociedade de modo geral. O primeiro artigo reflete sobre a Reforma do Ensino Médio, de 2017, de autoria de David Santos Pereira Chaves (CEFET/RJ), com o título “*Reforma do Ensino Médio: educação como ação humana que fornece competência*”. Problematisa os fundamentos da educação que constam na Reforma do Ensino Médio e demonstra as dificuldades para sua implantação.

No artigo “*O Caráter Contraditório das Contribuições Sociais no Financiamento da Seguridade Social*”, de Thiago Dutra Hollanda de Rezende (CL/DF), o autor reflete sobre o sistema

tributário brasileiro, com foco na disputa de classes sobre o fundo público. A seguir, o texto “O impacto da pandemia Covid-19 nas organizações do terceiro setor da região Algarvia (Portugal)”, de Maria Catarina Nunes (Lusófona-Lisboa) e Nélson Ramalho (Lusófona-Lisboa), apresenta o aumento do desemprego e da procura por atendimentos sociais no terceiro setor na região portuguesa.

As autoras Natália Locatelli Pereira (ULBRA) e Ângela Maria Pereira da Silva (ULBRA) discutem “A Conjuntura Pandêmica e a Invisibilização das Violências Contra a Pessoa Idosa”. Refletem que as violências de maior recorrência contra a pessoa idosa, no contexto da Covid, foram a negligência e abandono sendo as mulheres as mais atingidas. Apontam a necessidade de ações preventivas no território e educação permanente dos/as profissionais da saúde.

O artigo seguinte “Análise sobre Casamento Infantil entre Meninas Adolescentes e Homens Adultos no Brasil”, de autoria de Lara Carolina Malanowsk (UFSC) e Michelly Laurita Wiese (UFSC), parte de uma ampla pesquisa e demonstra uma alta taxa de casamento infantil no Brasil, tema ausente na agenda pública, em especial nas políticas de educação e saúde.

Ainda na seção de temas livres, o artigo “Considerações Benjaminianas sobre Arte, Cultura e Serviço Social” de Juliana Viana Ford (Unesp-Franca) e Gustavo José de Toledo Pedroso (Unesp-Franca) aborda as categorias como a perda da experiência e da narração, em Walter Benjamin, na consolidação do capitalismo e nos mostra como a arte pode ser apropriada no fomento das lutas sociais.

Finalizando a seção de temas livres, o artigo “Serviço Social e Saúde Mental: uma experiência no Espaço da Palavra”, de autoria de Gleidiane Almeida Freitas e Luciene Araújo, apresenta um relato de experiência sobre o cuidado na saúde mental e atuação de assistentes sociais. Por meio do trabalho em grupo, as autoras, demonstram o êxito dessa experiência para a saúde mental dos/as usuários/as.

Esperamos com essa edição da *Temporalis* alimentar o debate e análise sobre o trabalho no contexto do capitalismo dependente e, em especial, na formação econômico social brasileira. Convidamos todas/os aos estudos e debates!

Referências

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CUNHA, Lilian. Americanas pagaram dividendos recordes a acionistas em 2022. **Uol**, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2023/01/18/mesmo-com-rombo-americanas-pagou-dividendos-como-pode.htm>. Acesso em: 05 jun. 2023.

DESIDÉRIO, Mariana. Fraude nas Americanas: O que se sabe até agora sobre o escândalo bilionário. **Uol**, 17 jun. 2023. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/06/17/americanas-o-que-se-sabe.htm>. Acesso em 17 jun. 2023.

ERTEL, Lurdete. Os bilionários brasileiros de 2022. **Forbes**, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/bilionarios-2022/2022/12/lista-forbes-de-bilionarios-brasileiros/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

FERNANDES, Florestan. As contradições do capitalismo dependente. In: **Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995. p. 123-144.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 59-78.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p.139-150.

IANNI, Octávio. **Imperialismo na América Latina**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1974.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Volume I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas**. São Paulo: Anita Garibaldi co-edição com Fundação Maurício Grabois, 2014.

ROSA, Vitor; FOSTER, Gustavo. Caso de trabalhadores resgatados no RS também configura tráfico de pessoas, diz procurador do MPT. **G1**, 04 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/03/04/caso-de-trabalhadores-resgatados-no-rs-configura-traffic-de-pessoas-diz-representante-de-forca-tarefa-contra-trabalho-escravo-do-mpt.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SABINO, Cristiane Sabino de Souza. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. São Paulo: Hucitec, 2020.

SALATI, Paula. Brasil resgatou 918 vítimas de trabalho escravo em 2023, recorde para um 1º trimestre em 15 anos. **G1**, 21 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/03/21/brasil-resgatou-918-vitimas-de-trabalho-escravo-em-2023-recorde-para-um-10-trimestre-em-15-anos.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SILVA, Camila da. Funcionário do Burger King urina na roupa após ser proibido de ir ao banheiro durante expediente. **Carta Capital**, 19 mai. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/funcionario-do-burger-king-urina-na-roupa-apos-ser-proibido-de-ir-ao-banheiro-durante-expediente/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

SMITH, John. Imperialismo no século XXI. In: FERNANDES, Luís Eduardo (org.). **Introdução ao imperialismo tardio**. Recife: Ruptura, 2022. P.47-64.

SOARES, Marcela. **Escravidão e dependência**: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira. Marília: Lutas anticapital, 2022.